



Fevereiro/2012



**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**

**Concurso Público para provimento de cargo de
Técnico do Seguro Social**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

1. João, servidor público federal, é membro de Comissão de Ética de determinado órgão do Poder Executivo Federal e foi acusado do cometimento de infração de natureza ética. Nesta hipótese, a infração ética será apurada
- (A) pelo Ministério da Justiça.
(B) pelo Presidente da República.
(C) pelo Ministro Chefe da Casa Civil.
(D) pela Comissão de Ética Pública.
(E) pela própria Autarquia Federal a que está vinculado.
2. Sérgio, servidor público federal, teve ciência de irregularidades ocorridas no âmbito da Administração Pública Federal, em razão do cargo que ocupa. Por medo de retaliação, não relatou os fatos de que teve conhecimento.
- Nos termos da Lei nº 8.112/1990, Sérgio
- (A) não descumpriu dever legal.
(B) deveria ter levado os fatos ao conhecimento da autoridade superior.
(C) agiu corretamente, pois omitiu-se para a salvaguarda de seus direitos.
(D) deveria obrigatoriamente ter levado os fatos ao conhecimento do Poder Judiciário.
(E) agiu expressamente nos termos da lei.
3. A garantia individual adequada para alguém que sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, é
- (A) o mandado de segurança.
(B) o *habeas data*.
(C) a ação civil pública.
(D) o *habeas corpus*.
(E) o mandado de injunção.
4. Cinco amigos, moradores de uma favela, decidem criar uma associação para lutar por melhorias nas condições de saneamento básico do local. Um político da região, sabendo da iniciativa, informa-lhes que, para tanto, será necessário obter, junto à Prefeitura, uma autorização para sua criação e funcionamento. Nesta hipótese,
- (A) os cinco amigos não conseguirão criar a associação, pois a Constituição Federal exige um número mínimo de dez integrantes para essa iniciativa.
(B) a informação que receberam está errada, pois a Constituição Federal estabelece que a criação de associações independe de autorização.
(C) após a criação da associação, os moradores da favela serão obrigados a se associarem.
(D) o estatuto da associação poderá prever atividades paramilitares, caso essa medida seja necessária para a proteção de seus integrantes.
(E) para iniciar suas atividades, a associação precisará, além da autorização da prefeitura, de um alvará judicial.
5. Cargos públicos, segundo a Constituição Federal,
- (A) são preenchidos apenas por candidatos aprovados em concurso público de provas e títulos.
(B) podem ser acumulados, inclusive de forma remunerada, na hipótese de serem dois cargos de professor com outro, técnico ou científico, desde que haja compatibilidade de horários.
(C) impedem que o servidor público civil exerça o direito à livre associação sindical.
(D) em nenhuma hipótese são acessíveis a estrangeiros.
(E) proporcionam estabilidade ao servidor nomeado em caráter efetivo, após três anos de efetivo exercício e mediante avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
6. Expedida certidão falsa por uma repartição pública federal, não foi possível esclarecer qual servidor cometeu o ato ilícito, mas graves prejuízos sofreram algumas pessoas, em razão dele. Neste caso, a União
- (A) responde objetivamente pelos prejuízos causados, desde que demonstrado o nexo causal entre esse ato e os danos sofridos.
(B) responde objetivamente pelos prejuízos causados, independentemente da demonstração de nexo causal entre esse fato e os danos sofridos.
(C) responde subjetivamente pelos prejuízos causados, desde que demonstrado o nexo causal entre esse fato e os danos sofridos e a conduta culposa do servidor.
(D) não responde pelos prejuízos causados, porque a hipótese configura conduta dolosa de servidor público.
(E) não responde pelos prejuízos causados, até que seja apurada a autoria do ato ilícito, ainda que comprovado ter sido a certidão expedida pela repartição pública.
7. Em relação à extinção do contrato de concessão é correto afirmar que
- (A) caducidade é a rescisão unilateral antes de findo o prazo de concessão, que se consubstancia na retomada do serviço pelo poder concedente por razões de interesse público.
(B) reversão é a rescisão unilateral da concessão que se consubstancia na retomada do serviço pelo poder concedente por razões de interesse público.
(C) encampação é a extinção unilateral da concessão por motivo de inadimplemento contratual, não cabendo, portanto, indenização ao concessionário pelos prejuízos que sofrer.
(D) reversão é a rescisão unilateral da concessão por motivo de inadimplemento contratual do concessionário, cabendo indenização pela interrupção do contrato antes de findo seu prazo.
(E) encampação é a retomada do serviço pelo poder concedente por razões de interesse público, durante o prazo de concessão, mediante lei autorizativa específica.



8. O controle judicial dos atos administrativos será
- sempre de mérito e de legalidade nos atos discricionários e apenas de legalidade nos vinculados.
 - exclusivamente de mérito nos atos discricionários, porque sua legalidade é presumida.
 - exclusivamente de mérito nos atos vinculados, porque sua legalidade é presumida.
 - de legalidade nos atos discricionários, devendo respeitar os limites da discricionariedade nos termos em que ela é assegurada pela lei.
 - sempre de mérito e de legalidade sejam os atos discricionários ou vinculados.

Atenção: As questões de números 9 a 14 baseiam-se no texto seguinte.

Em vida, Gustav Mahler (1860-1911), tanto por sua personalidade artística como por sua obra, foi alvo de intensas polêmicas – e de desprezo por boa parte da crítica. A incompreensão estética e o preconceito antissemita também o acompanhariam postumamente e foram raros os maestros que, nas décadas que se seguiram à sua morte, se empenharam na apresentação de suas obras. Durante os anos 60, porém, uma virada totalmente inesperada levou a obra de Mahler ao início de uma era de sucessos sem precedentes, que perdura até hoje. Intérpretes conhecidos e pesquisadores descobriram o compositor, enquanto gravações discográficas divulgavam uma obra até então desconhecida do grande público.

Há uma série de fatores envolvidos na transformação de Mahler em figura central da história da música do século XX. A visão de mundo de uma geração mais jovem certamente teve influência central aqui: o dilaceramento interior de Mahler, seu interesse pelos problemas fundamentais da existência humana, seu pacifismo, seu engajamento contra a opressão social e seu posicionamento em favor do respeito à integridade da natureza – tudo isso se tornou, subitamente, muito atual para a geração que nasceu no pós-guerra.

O amor incondicional de Mahler pela natureza sempre esteve presente em sua obra. O compositor dedicava inteiramente à criação musical os meses de verão, recolhendo-se em pequenas cabanas na paz dos Alpes austríacos. Em Steinbach, Mahler empreendia longas caminhadas que lhe proporcionaram inspiração para sinfonias.

Comparar a simplicidade espartana dessas casinhas com a enorme complexidade das obras ali criadas diz muito sobre a genialidade do compositor – e, sobretudo, sobre a real origem de sua musicalidade. Totalmente abandonadas e esquecidas na Áustria no pós-guerra, essas casinhas de Mahler hoje se transformaram em memoriais, graças à ação da Sociedade Internacional Gustav Mahler. O mundo onírico dos Alpes do início do século XX certamente voltará à memória de quem, tendo uma imagem desses despojados retiros musicais de Mahler, voltar a ouvir sua música grandiosa.

(Adaptado: Klaus Billand. Gustav Mahler: a criação de um ícone.

Revista 18. Ano IV, n. 15, março/abril/ maio de 2006, p. 52-53. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/GIANNOTTI_Tolerancia%20maxima.pdf> Acesso em: 22 dez. 2011)

9. Segundo o autor, o reconhecimento da grandeza artística de Mahler ao longo dos anos 60 deve-se, em larga medida,
- à beleza única de suas obras, para a qual contribuíram largamente o amor incondicional do compositor pelos sons e pela musicalidade da natureza.
 - à harmonia do conjunto de sua obra, que, por sua simplicidade intrínseca, pôde ser amplamente compreendida pelas gerações seguintes.
 - ao advento de uma geração cujos valores, apesar da distância temporal, correspondiam aos defendidos pelo compositor.
 - ao reconhecimento, ainda que tardio, de sua originalidade por maestros e grandes intérpretes da música clássica com quem o compositor convivera.
 - à ação de organizações culturais que se dispuseram a divulgar a obra do compositor, mesmo correndo o risco de sofrer represálias por parte do público.

10. Considerando-se o contexto, o elemento grifado foi substituído de maneira INADEQUADA em:
- ... o acompanhariam postumamente... = após a morte
 - ... uma era de sucessos sem precedentes... = inéditos
 - O amor incondicional de Mahler... = irrestrito
 - ... despojados retiros musicais... = singelos
 - O mundo onírico dos Alpes... = nebuloso

11. Na frase *O compositor dedicava inteiramente à criação musical os meses de verão*, o termo sublinhado exerce a mesma função sintática que o termo em destaque na frase:
- A visão de mundo de uma geração mais jovem teve influência central aqui.
 - Intérpretes conhecidos e pesquisadores descobriram o compositor.
 - Em vida, Mahler foi alvo de intensas polêmicas.
 - Mahler empreendia longas caminhadas que lhe proporcionaram inspiração para grandiosas sinfonias.
 - Essas casinhas das alturas alpinas hoje se transformaram em memoriais.

12. Consta que, durante o verão, em meio beleza das montanhas dos Alpes, Mahler buscava inspiração necessária para compor sinfonias que, felizmente, foram legadas gerações futuras.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- à - à - as
- a - a - às
- à - a - às
- a - à - às
- à - a - as



13. Está adequado o emprego do elemento sublinhado em:
- (A) Mahler, compositor a quem as gerações seguintes fizeram justiça, foi muito incompreendido em vida.
 - (B) A obra de Mahler, na qual tantos manifestaram incompreensão, acabou marcando o século XX.
 - (C) Visitando Steinbach, aonde Mahler tanto se inspirou musicalmente, o turista reconhecerá a paz de que se beneficiou o compositor.
 - (D) Mahler amava a paz da natureza, em cuja se valeu para concentrar-se e compor.
 - (E) O século XX, ao qual sobressaíram grandes compositores, como Mahler, foi marcado por criações bastante polêmicas.
-
14. As normas de concordância estão plenamente atendidas em:
- (A) Sempre houveram pessoas sensíveis o suficiente para perceberem a enorme riqueza e a profundidade que poderiam atingir a música de Mahler.
 - (B) Entre os que reconheceram o talento de Mahler em vida está o escultor francês Auguste Rodin, que esculpiu, em 1909, vários bustos do compositor.
 - (C) Prematuramente falecido, Mahler não chegou a usufruir do prestígio que lhe dedicaram, anos depois de sua morte, a geração seguinte.
 - (D) Mahler foi regente titular da Ópera Imperial de Viena, da qual se tornou diretor artístico em 1897, sendo que, depois de anos no cargo, certas perseguições os fizera abandonar a função.
 - (E) Não couberam aos contemporâneos de Mahler prestar-lhe as justas homenagens que cabem a um gênio artístico de sua envergadura.
-
15. Abaixo estão listadas cinco proposições a respeito de Maria, Luís, Paula e Raul, sendo que, entre parênteses, está indicado se a proposição é verdadeira (V), ou falsa (F).
- Maria tem 20 anos de idade (F).
 - Luís é marido de Maria (V).
 - Paula é irmã caçula de Maria (F).
 - Raul é filho natural de Luís (V).
 - Luís já foi casado duas vezes (V).
- Das informações do enunciado, é correto afirmar que
- (A) Paula é tia de Raul.
 - (B) Luís é mais novo do que Maria.
 - (C) Paula tem mais do que 20 anos.
 - (D) Raul é mais novo do que Luís.
 - (E) Luís é mais velho do que Maria.
-
16. Em dezembro, uma loja de carros aumentou o preço do veículo A em 10% e o do veículo B em 15%, o que fez com que ambos fossem colocados a venda pelo mesmo preço nesse mês. Em janeiro houve redução de 20% sobre o preço de A e de 10% sobre o preço de B, ambos de dezembro, o que fez com que o preço de B, em janeiro, superasse o de A em
- (A) 11,5%.
 - (B) 12%.
 - (C) 12,5%.
 - (D) 13%.
 - (E) 13,5%.



17. Em uma turma de 100 alunos, 63 sabem escrever apenas com a mão direita, 5 não sabem escrever, 25% dos restantes sabem escrever tanto com a mão direita quanto com a esquerda, e os demais alunos sabem escrever apenas com a mão esquerda. Dessa turma, a porcentagem de alunos que sabe escrever com apenas uma das duas mãos é de
- (A) 86%.
 - (B) 87%.
 - (C) 88%.
 - (D) 89%.
 - (E) 90%.

18. Paulo trabalha na área administrativa da Empresa XPT. Realiza boa parte do seu trabalho por meio do seu *e-mail* corporativo. Com o crescimento da empresa, a demanda de trabalho de Paulo aumentou, mas sua caixa de *e-mail* continuou com a mesma capacidade, 100 MB. Frequentemente a caixa de *e-mail* de Paulo enche e ele tem que parar suas atividades profissionais para excluir os *e-mails* maiores e menos importantes, liberando assim espaço para novas mensagens.

Certo dia, em um procedimento para liberar espaço na sua caixa de *e-mail* corporativo, Paulo apagou, por engano, diversos *e-mails* importantes, necessários para fechar a folha de pagamento de funcionários do mês. Como não tinha uma cópia desses *e-mails*, teve que solicitar aos emissores que enviassem os *e-mails* novamente.

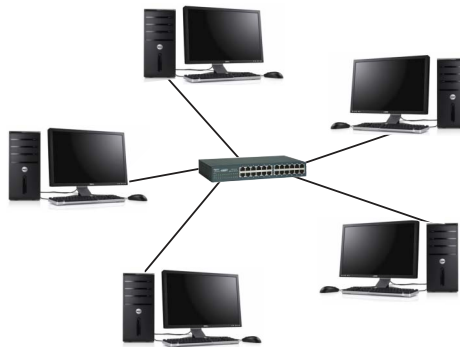
Para tentar resolver o problema de espaço em sua caixa de *e-mail*, Paulo abriu uma Ordem de Serviço para a área de TI, pedindo o aumento de sua caixa de *e-mail* para 200 MB. A TI negou o pedido, argumentando limitações de espaço em seus servidores.

Como solução alternativa, para a cópia de segurança de seus *e-mails* corporativos, reduzindo dessa forma os riscos relacionados às exclusões que deverá fazer periodicamente devido a essa limitação de espaço e considerando que as políticas da empresa não impõem nenhuma restrição para o acesso e guarda dos *e-mails* em outros computadores ou ambientes, Paulo pensou em realizar as seguintes ações:

- I. Criar um *e-mail* pessoal em um servidor de *e-mail* da Internet, com *capacidade* de armazenamento suficiente para manter uma cópia de seus *e-mails* corporativos por um tempo maior que os limitados pelo tamanho de sua caixa de *e-mail* corporativo e estabelecer regras na sua caixa de *e-mails* corporativo para enviar uma cópia automática de todos os *e-mails* recebidos para este novo endereço.
- II. Instalar o *Microsoft Office Outlook* no computador que utiliza na empresa (caso não esteja instalado), criar seu perfil (caso não exista), fazer as configurações necessárias no *Outlook* para baixar os *e-mails* de sua caixa de *e-mail* corporativo para o computador e, por fim, baixar os *e-mails*.
- III. Criar pastas na sua caixa de entrada do *e-mail* corporativo e separar os *e-mails* recebidos entre essas pastas.
- IV. Criar regras na sua caixa de *e-mail* corporativo para excluir automaticamente todas as mensagens que chegarem trazendo arquivos anexados.

As possíveis ações que podem resolver o problema de Paulo, evitando que ele perca *e-mails* importantes, estão presentes em

- (A) I, II, III e IV.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I, apenas.
 - (E) II, apenas.
19. Pedro trabalha em uma pequena imobiliária cujo escritório possui cinco computadores ligados em uma rede com topologia estrela. Os computadores nessa rede são ligados por cabos de par trançado a um *switch* (concentrador) que filtra e encaminha pacotes entre os computadores da rede, como mostra a figura abaixo.

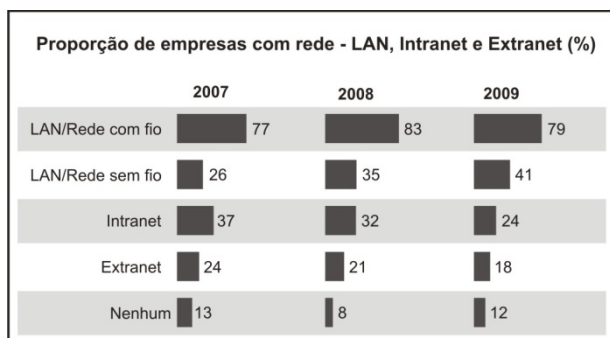


Certo dia, Pedro percebeu que não conseguia mais se comunicar com nenhum outro computador da rede. Vários são os motivos que podem ter causado esse problema, EXCETO:

- (A) O cabo de rede de um dos demais computadores da rede pode ter se rompido.
- (B) A placa de rede do computador de Pedro pode estar danificada.
- (C) A porta do *switch* onde o cabo de rede do computador de Pedro está conectado pode estar danificada.
- (D) O cabo de rede que liga o computador de Pedro ao *switch* pode ter se rompido.
- (E) Modificações nas configurações do computador de Pedro podem ter tornado as configurações de rede incorretas.



20. O gráfico a seguir foi extraído da pesquisa TIC empresas 2009 (Pesquisa Sobre uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil), realizado pelo CETIC (Centro de Estudos Sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação).



(Fonte: <http://www.cetic.br/empresas/2009/tic-empresas-2009.pdf>)

Considerando redes de computadores e com base no gráfico, analise:

- I. O acesso sem fio à Internet e Intranets está crescendo à medida que surgem mais instrumentos de informação capazes de operar em rede. Telefones inteligentes, *paggers*, PDAs e outros dispositivos portáteis de comunicação tornam-se clientes nas redes sem fios.
- II. O uso de redes sem fio tem crescido rapidamente à medida que novas tecnologias de alta velocidade são implementadas, como a *Wi-Fi*, que pode ser mais barata que o padrão Ethernet e diversas outras tecnologias LAN com fios.
- III. Com as Intranets, a comunicação interna nas empresas ganha mais agilidade, dinamismo, integra e aproxima seus colaboradores, independente da localização de cada um. Agiliza a disseminação de informações, visando à integração inter e intradepartamental.
- IV. A tendência é que cada vez mais as redes sem fio sejam substituídas pelas redes com fio, pois as tecnologias sem fio estão sujeitas a inúmeros tipos de interferência e interceptação que comprometem seu desempenho e segurança.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
(B) I e III, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) I, II e III, apenas.
(E) III e IV, apenas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Seguridade Social encontra-se inserida no título da Ordem Social da Constituição Federal e tem entre seus objetivos:
- (A) promover políticas sociais que visem à redução da doença.
(B) uniformizar o atendimento nacional.
(C) universalizar o atendimento da população.
(D) melhorar o atendimento da população.
(E) promover o desenvolvimento regional.

22. Entre as fontes de financiamento da Seguridade Social encontra-se
- (A) o imposto de renda.
(B) o imposto sobre circulação de mercadorias.
(C) a contribuição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
(D) a contribuição social sobre a folha de salários.
(E) a contribuição de melhoria.

23. O INSS, autarquia federal, resultou da fusão das seguintes autarquias:
- (A) INAMPS e SINPAS.
(B) IAPAS e INPS.
(C) FUNABEM e CEME.
(D) DATAPREV e LBA.
(E) IAPAS e INAMPS.

24. Em relação às fontes do direito previdenciário:
- (A) o memorando é fonte primária.
(B) a orientação normativa é fonte primária.
(C) a instrução normativa é fonte secundária.
(D) a lei delegada é fonte secundária.
(E) a medida provisória é fonte secundária.

25. A interpretação da legislação previdenciária deve observar
- (A) o costume, quando mais favorável ao segurado.
(B) a Jurisprudência do Juizado Especial Federal.
(C) a analogia, quando mais favorável ao segurado.
(D) os princípios gerais de direito, na omissão legislativa.
(E) o princípio do *in dubio pro societate* em qualquer situação.

26. É correto afirmar que a Seguridade Social compreende
- (A) a Assistência Social, a Saúde e a Previdência Social.
(B) a Assistência Social, o Trabalho e a Saúde.
(C) o Sistema Tributário, o Lazer e a Previdência Social.
(D) a Educação, a Previdência Social e a Assistência Social.
(E) a Cultura, a Previdência Social e a Saúde.

27. No tocante à Previdência Social, é correto afirmar que
- (A) é organizada sob a forma de regime especial e observa critérios que preservem o equilíbrio financeiro.
(B) é descentralizada, de caráter facultativo.
(C) tem caráter complementar e autônomo.
(D) baseia-se na constituição de reservas que garantam o benefício contratado.
(E) é contributiva, de caráter obrigatório.

28. João exerce individualmente atividade de pescador artesanal e possui embarcação com 5 toneladas de arqueação bruta, com parceiro eventual, que o auxilia. Nessa situação, João é
- (A) segurado facultativo.
(B) segurado especial.
(C) contribuinte individual.
(D) trabalhador avulso.
(E) não segurado da Previdência Social.



29. Lúcia exerce a atividade de professora do ensino fundamental desde dezembro de 1986, tem 56 anos de idade e pretende obter benefício previdenciário em dezembro de 2011. Nessa situação, segundo o INSS, Lúcia tem direito a
- (A) aposentadoria por idade.
(B) auxílio-doença.
(C) aposentadoria especial.
(D) aposentadoria por invalidez.
(E) aposentadoria por tempo de contribuição.
30. João é carpinteiro, exerce atividade como empregado da empresa Carpintaria São José desde dezembro de 2010. Ele sofreu acidente não relacionado ao trabalho, ocasião em que teve limitada a flexão de seu membro superior direito, lesão esta já consolidada. João passou por reabilitação profissional e foi treinado para outra profissão e não se recolocou ainda no mercado de trabalho. Nessa situação, João tem direito a
- (A) auxílio-doença seguido de auxílio-acidente.
(B) aposentadoria especial.
(C) aposentadoria por invalidez.
(D) aposentadoria especial.
(E) aposentadoria por invalidez seguida de auxílio-acidente.
31. João fora casado com Maria, com quem teve três filhos, João Junior, de 22 anos e universitário; Marília, com 18 anos e Renato com 16 anos, na data do óbito de João, ocorrido em dezembro de 2011. João se divorciara de Maria que renunciou ao direito a alimentos para si. Posteriormente, João veio a contrair novas núpcias com Norma, com quem manteve união estável até a data de seu óbito. Norma possui uma filha, Miriam, que mora com a mãe e foi por João sustentada. Nessa situação, são dependentes de João, segundo a legislação previdenciária:
- (A) João Junior, Marília e Renato.
(B) João Junior, Maria, Marília, Renato e Norma.
(C) Marília, Renato, Miriam e Norma.
(D) Maria, João Junior, Marília, Renato e Norma.
(E) João Junior, Marília, Renato, Maria, Norma e Miriam.
32. Márcio é administrador, não-empregado na sociedade por cotas de responsabilidade limitada XYZ, e recebe remuneração mensal pelos serviços prestados. Nessa situação, Márcio
- (A) não é segurado obrigatório da previdência social.
(B) é segurado facultativo da previdência social.
(C) é segurado especial da previdência social.
(D) é contribuinte individual da previdência social.
(E) é segurado eventual da previdência social.
33. João montou seu próprio negócio em 2010, obteve receita bruta, no ano-calendário anterior, de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e é optante do Simples Nacional. João não pretende receber aposentadoria por tempo de contribuição. Nessa situação, a contribuição previdenciária a ser recolhida por João é de
- (A) 20% (vinte por cento) do limite mínimo do salário de contribuição.
(B) 11% (onze por cento) do limite mínimo do salário de contribuição.
(C) 8% (oito por cento) do limite mínimo do salário de contribuição.
(D) 9% (nove por cento) do limite mínimo do salário de contribuição.
(E) 5% (cinco por cento) do limite mínimo do salário de contribuição.
34. José exerce a atividade de garçom, na qualidade de empregado do Restaurante X, e recebeu no mês de dezembro, além do salário mensal, o décimo terceiro salário, gorjetas, vale-refeição, de acordo com o programa do Ministério do Trabalho, horas extras, vale-transporte, na forma da legislação própria, férias indenizadas e respectivo adicional constitucional. Nessa situação, integram o salário de contribuição de José
- (A) o salário mensal, o décimo terceiro salário, as gorjetas e as horas extras.
(B) o salário mensal, o vale-transporte, o décimo terceiro salário e o vale-refeição.
(C) o salário mensal, as férias indenizadas e respectivo adicional e o vale-refeição.
(D) o salário mensal, o décimo terceiro salário, as gorjetas e o vale-refeição.
(E) o décimo terceiro salário, as gorjetas, o vale-refeição, as férias indenizadas e o respectivo adicional.
35. Sílvia trabalhou na empresa X, de janeiro de 2009 a janeiro de 2010, como digitadora, quando foi acometida de tendinite, por 30 dias, que a impedia de exercer suas atividades habituais. Submetida a tratamento médico, recuperou-se para suas atividades. Nessa situação, Sílvia teve direito a receber
- (A) auxílio-acidente.
(B) aposentadoria por invalidez.
(C) auxílio-doença.
(D) reabilitação profissional.
(E) tratamento médico fornecido pelo INSS.
36. Cláudio exerceu atividade de caldeireiro na fábrica X de 01 de janeiro de 2009 a 01 de julho de 2009 e sofreu acidente de trabalho que acarretou a perda de dois dedos da mão. Nessa situação, Cláudio
- (A) não terá direito a receber benefício previdenciário por ausência do cumprimento do período de carência.
(B) receberá auxílio-doença e após a consolidação da perda dos dedos, auxílio-acidente.
(C) terá direito à reabilitação profissional e aposentadoria por invalidez.
(D) não terá direito a benefício.
(E) terá direito a auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez, após a consolidação da perda dos dedos.
37. Maria trabalhou de 02 de janeiro de 2006 a 02 de julho de 2006 como empregada de uma empresa, vindo a contrair moléstia não relacionada ao trabalho, com prejuízo do exercício de suas atividades habituais. Nessa situação, Maria
- (A) não terá direito ao recebimento do auxílio-doença, por ausência do cumprimento da carência.
(B) terá direito à aposentadoria por invalidez, que independe do cumprimento de carência.
(C) terá direito ao auxílio-acidente, que não exige carência.
(D) terá direito ao auxílio-doença, que independe de carência.
(E) poderá receber aposentadoria por invalidez, se recolher mais duas contribuições.



38. O salário de benefício serve de base de cálculo da renda mensal do benefício. Para os segurados inscritos na Previdência Social, até 28/11/1999, calcula-se
- (A) o auxílio-doença, pela média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, corrigidos mês a mês, correspondentes a oitenta por cento do período contributivo decorrido desde julho de 1994, multiplicada pelo fator previdenciário.
 - (B) a aposentadoria especial, pela média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, corrigidos mês a mês, correspondentes a oitenta por cento do período contributivo decorrido desde julho de 1994, multiplicada pelo fator previdenciário.
 - (C) a aposentadoria por tempo de contribuição, pela média aritmética simples dos oitenta por cento maiores salários-de-contribuição, corrigidos mês a mês, de todo o período contributivo, decorrido desde julho de 1994, multiplicada pelo fator previdenciário.
 - (D) as aposentadorias por idade e tempo de contribuição, inclusive de professor, pela média aritmética simples dos oitenta por cento maiores salários-de-contribuição, corrigidos mês a mês, de todo o período contributivo, decorrido desde julho de 1994.
 - (E) o auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, pela média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição corrigidos mês a mês, correspondentes a cem por cento do período contributivo, decorrido desde julho de 1994, multiplicada pelo fator previdenciário.
39. João trabalhou na lavoura em sua pequena propriedade, sem o auxílio de terceiros, salvo de sua família, no período de janeiro de 1975 a 1990, sem contribuição, ocasião em que mudou-se para a cidade e passou a exercer a função de pedreiro, como empregado de uma construtora, até completar 60 anos, em janeiro de 2011. Nessa situação, João
- (A) terá direito a aposentar-se por idade em 2011.
 - (B) terá direito a aposentar-se por tempo de contribuição em 2011.
 - (C) terá direito à aposentadoria especial em 2011.
 - (D) não terá direito a aposentar-se por idade em 2011.
 - (E) não possui a carência exigida para aposentar-se por idade em 2011.
40. Em relação ao valor da renda mensal dos benefícios, é correto afirmar que
- (A) o auxílio-doença corresponde a 100% (cem por cento) do salário de benefício.
 - (B) a aposentadoria por invalidez corresponde a 91% (noventa e um) por cento do salário de benefício.
 - (C) a aposentadoria por idade corresponde a 70% (setenta por cento) do salário de benefício.
 - (D) a renda mensal da aposentadoria especial não está sujeita ao fator previdenciário.
 - (E) a renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição não está sujeita ao fator previdenciário.
41. Maria adotou uma criança de 6 (seis) anos de idade, sendo que a mãe biológica da criança já havia recebido o salário-maternidade. Nessa situação, Maria
- (A) não tem direito ao salário-maternidade.
 - (B) tem direito ao salário-maternidade por 120 (cento e vinte) dias a contar da data da adoção.
 - (C) tem direito ao salário-maternidade por 60 (sessenta) dias a contar da data da adoção.
 - (D) tem direito ao salário-maternidade por 90 (noventa) dias a contar da data da adoção.
 - (E) tem direito ao salário-maternidade por 30 (trinta) dias a contar da data da adoção.
42. João fora casado com Maria, com quem teve dois filhos, Artur e Lia de 6 e 8 anos respectivamente, na data do óbito de João, ocorrido em 2011. Maria já fora casada com Márcio, de quem teve uma filha, Rosa, de 10 anos, que era mantida por João, porque Márcio não tivera condições de prover seu sustento. O falecido ajudava financeiramente, também, sua mãe, Sebastiana e seu irmão, Antônio que era inválido. Nessa situação, a pensão por morte de João será concedida a:
- (A) Artur, Lia, Maria e Rosa.
 - (B) Artur, Lia, Maria, Rosa e Sebastiana.
 - (C) Artur, Lia, Rosa e Sebastiana.
 - (D) Artur, Lia e Sebastiana.
 - (E) Artur, Lia, Sebastiana e Antônio.
43. Joana trabalhou como empregada rural de janeiro de 1978 a dezembro de 1979. Ela foi, também, escrevente do Poder Judiciário do Estado de São Paulo de janeiro de 1980 a janeiro de 1982, com regime próprio de previdência social. De janeiro de 1983 até janeiro de 2011 trabalhou no serviço público federal ao mesmo tempo em que ministrava aulas como professora em faculdade particular, regida pela CLT. Joana completou 60 anos em janeiro de 2011. Nessa situação, Joana
- (A) poderá computar no Regime Geral de Previdência Social tanto o período exercido como professora como o do serviço público federal.
 - (B) não poderá computar o tempo de serviço como escrevente do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.
 - (C) não poderá receber aposentadoria por dois regimes previdenciários.
 - (D) poderá receber aposentadoria por idade no Regime Geral de Previdência Social e aposentadoria por outro regime previdenciário.
 - (E) não poderá computar o tempo de contribuição como empregada rural.
44. Maria é advogada, empregada de uma empresa desde 1990 e, a caminho do Fórum, bateu seu automóvel por cruzar o farol vermelho, sofrendo ferimentos que se agravaram em razão de Maria ser portadora de diabetes e a incapacitaram para suas atividades habituais, por mais de 15 (quinze) dias. Nessa situação, Maria
- (A) não terá direito a receber benefício acidentário, em razão de o acidente não ter ocorrido no local de trabalho.
 - (B) não terá direito a benefício acidentário em razão de a incapacidade decorrer da diabetes.
 - (C) receberá aposentadoria por invalidez acidentária.
 - (D) não receberá benefício acidentário por estar dirigindo veículo próprio e não da empresa.
 - (E) receberá auxílio-doença acidentário.



45. Como regra, o beneficiário deve receber diretamente o benefício devido pelo INSS. Porém, admite-se a constituição de procurador. Nessa situação,
- (A) a procuração tem validade de 6 (seis) meses, podendo ser revalidada ou renovada pelo INSS.
 - (B) a procuração poderá ser outorgada a parente de servidores públicos civis ativos até o terceiro grau.
 - (C) pode ser outorgada procuração coletiva nos casos de representantes de asilos.
 - (D) a procuração tem validade de 12 (doze) meses, não se admitindo a renovação.
 - (E) pode ser outorgada procuração aos militares ativos, sem grau de parentesco com o beneficiário.
46. José recebe aposentadoria especial no Regime Geral de Previdência Social. Nessa situação, José
- (A) não poderá retornar ao mercado de trabalho.
 - (B) não poderá retornar à função que ocupava anteriormente à aposentadoria.
 - (C) gozará de isenção da contribuição previdenciária se retornar ao mercado de trabalho.
 - (D) está inválido para o exercício da atividade laborativa.
 - (E) deve provar o nexo de causalidade entre o agente nocivo e o trabalho desempenhado.
47. Maria trabalhou de 02 de janeiro de 1990 até 02 de fevereiro de 2005 como empregada de uma empresa, desligando-se do emprego para montar um salão de beleza. Apesar de ter passado à categoria de contribuinte individual, deixou de recolher contribuições para a Previdência Social durante dois anos, até fevereiro de 2007. Nessa situação, o período de graça de Maria é de
- (A) 12 (doze) meses.
 - (B) 24 (vinte e quatro) meses.
 - (C) 36 (trinta e seis) meses.
 - (D) 48 (quarenta e oito) meses.
 - (E) 60 (sessenta) meses.
48. José exerceu atividade rural em regime de parceria com João, não tinha empregados, contava com a ajuda de seus familiares para o cultivo de subsistência e pretende aposentar-se por idade, em 2011, no valor mínimo. Nessa situação, José deve
- (A) comprovar o exercício de atividade rural no período de 36 meses que antecedem o requerimento do benefício.
 - (B) comprovar o exercício de atividade rural por contrato de parceria firmado em 2011, por seu parceiro, João.
 - (C) comprovar o exercício de atividade rural no período de 180 meses que antecedem o benefício, por prova testemunhal.
 - (D) requerer o processamento de justificação administrativa, acompanhada de início de prova documental.
 - (E) apresentar declaração de duas testemunhas com firma reconhecida em cartório.
49. Para fins de cálculo do salário de benefício, é correto afirmar que
- (A) o trabalhador doméstico está dispensado de provar os recolhimentos à Previdência Social.
 - (B) poderão ser utilizados os salários de contribuição constantes do CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais para os segurados em geral.
 - (C) o empregado deve apresentar os recibos de pagamento para fins de cálculo do valor do benefício.
 - (D) o contribuinte individual não poderá valer-se das informações constantes do CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais.
 - (E) o segurado especial deverá comprovar o recolhimento das contribuições para fins de cálculo do salário de benefício.
50. Em relação às contribuições previdenciárias devidas pelos contribuintes da Previdência Social, é correto afirmar que
- (A) o segurado especial está dispensado de recolhê-las.
 - (B) presume-se o recolhimento das contribuições do empregado.
 - (C) presume-se o recolhimento das contribuições do trabalhador eventual.
 - (D) o prazo de vencimento da contribuição das empresas é no dia 10 de cada mês.
 - (E) o empregado doméstico deve recolher sua contribuição até o dia 10 de cada mês.
51. Entre as obrigações previdenciárias da empresa, assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) Declarar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Conselho Curador do FGTS dados relacionados aos fatos geradores das contribuições previdenciárias.
 - (B) Arrecadar as contribuições dos empregados que lhe prestam serviços.
 - (C) Efetuar a retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor bruto da nota fiscal quando contratar serviços a serem executados com cessão de mão de obra.
 - (D) Preparar as folhas de pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a serviço da empresa de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão competente.
 - (E) Repassar aos empregados os valores devidos a título de contribuição previdenciária para fins de recolhimento.
52. Em relação à comprovação da inexistência de débito perante a Previdência Social, é correto afirmar que
- (A) a regularidade fiscal é indispensável para a contratação com o Poder Público.
 - (B) é exigida para a lavratura de contrato que constitua retificação do contrato anterior para o qual já foi feita a prova.
 - (C) não é exigida dos Municípios que tenham empregados lhe prestando serviços.
 - (D) impede a cobrança de débitos previdenciários apurados posteriormente à emissão da Certidão Negativa de Débito.
 - (E) não é exigida na alienação pela empresa, de bem imóvel ou direito a ele relativo.



53. José foi segurado da Previdência Social até janeiro de 2010 e recebia a título de auxílio-doença R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta) reais. Nessa ocasião, envolveu-se com drogas e foi recolhido à prisão em regime fechado, fugindo em julho de 2011. Ele foi casado com Lídia com quem teve dois filhos, menores de 21 anos, na data do recolhimento à prisão. Posteriormente à prisão, Lídia separou-se de José e casou-se com João, em janeiro de 2011. Nessa situação,
- (A) Lídia não poderá receber auxílio-reclusão.
- (B) nenhum dependente poderá receber o auxílio-reclusão.
- (C) o auxílio-reclusão será devido a todos os dependentes, da data do recolhimento à prisão até a data da fuga.
- (D) o auxílio-reclusão será devido à Lídia, desde a data da prisão até suas novas núpcias.
- (E) o auxílio-reclusão será devido aos filhos de José, desde o recolhimento à prisão até que completem 21 anos.
-
54. Luciana possuía em dezembro de 1998, 21 (vinte e um) anos de contribuição para a Previdência Social, e continuou trabalhando até julho de 2005, quando completou 48 (quarenta e oito) anos de idade. Nessa situação, Luciana terá direito a
- (A) aposentadoria integral por tempo de contribuição.
- (B) aposentadoria especial.
- (C) aposentadoria por idade.
- (D) aposentadoria proporcional por tempo de contribuição.
- (E) aposentadoria por invalidez.
-
55. José pleiteou aposentadoria por tempo de contribuição perante o INSS, que foi deferida pela autarquia e pretende a revisão do ato de concessão do benefício para alterar o valor da renda mensal inicial. O prazo decadencial para o pedido de José é de
- (A) dez anos contados a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.
- (B) cinco anos contados a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.
- (C) três anos contados a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.
- (D) cinco anos contados da ciência da decisão que deferiu o benefício.
- (E) dez anos contados da ciência da decisão que deferiu o benefício.
-
56. Em relação ao auxílio-acidente, assinale a resposta INCORRETA.
- (A) Tem caráter indenizatório.
- (B) Cessa com o advento de qualquer aposentadoria.
- (C) Corresponde a 50% (cinquenta por cento) do salário de benefício.
- (D) Somente é devido após a consolidação das lesões decorrentes de acidente.
- (E) É devido se não houver a concessão do auxílio-doença previamente.
-
57. Em relação ao salário-maternidade e ao salário-família pagos às seguradas empregadas, é correto afirmar que são
- (A) pagos pela empresa que poderá compensá-los com as contribuições incidentes sobre a folha de salários.
- (B) pagos pelo INSS.
- (C) pagos pelas empresas sem direito à compensação.
- (D) pagos pela Assistência Social.
- (E) devidos às seguradas autônomas.
-
58. Em relação às contribuições previdenciárias, assinale a alternativa correta.
- (A) O pequeno produtor rural está isento de recolhimento da contribuição.
- (B) O empregado, em qualquer caso, recolhe o percentual de 11% (onze por cento) sobre o salário de contribuição.
- (C) O trabalhador autônomo não está obrigado a recolher contribuição.
- (D) O empregador doméstico recolhe o mesmo percentual de contribuição que as empresas em geral.
- (E) A contribuição da empresa para financiamento da aposentadoria especial tem alíquotas variáveis de doze, nove ou seis pontos percentuais.
-
59. Maria requereu aposentadoria especial e teve seu pedido indeferido pela Agência da Previdência Social. Nessa situação, Maria poderá interpor recurso para:
- (A) Câmara de Julgamento.
- (B) Ministério da Previdência Social.
- (C) Junta de Recursos da Previdência Social.
- (D) Gerência Executiva.
- (E) Juizado Especial Federal.
-
60. José trabalhou como empregado na empresa São João Ltda., no período de 01/09/2004 a 01/09/2007, quando pediu demissão do emprego. Voltou a trabalhar em julho de 2010 e no terceiro mês de trabalho, outubro de 2010, foi acometido de apendicite que o impedia de exercer suas atividades habituais. Nessa situação, José
- (A) terá direito ao auxílio-doença.
- (B) terá direito à aposentadoria por invalidez.
- (C) terá direito ao auxílio-acidente.
- (D) não terá direito à aposentadoria por invalidez.
- (E) não terá direito ao auxílio-doença.